

PROCESSO DE LICITAÇÃO SEDUC Nº 042/2022 PREGÃO ELETRONICO SRP SEDUC Nº 025/202		
TIPO: MENOR PREÇO	REGIME: MENOR PREÇO POR ITEM	
ENDEREÇO ELETRÔNICO <u>www.comprasgovvernanemtais.gov.br</u> (sistema comprasnet)		
ÓRGÃO SOLICITANTE: SECRETARIA DE EDUCAÇÃ	0	

EDITAL

PREÂMBULO

O MUNICÍPIO DE ARCOVERDE PE, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, por meio do FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, inscrito no CNPJ sob o nº 19.470.663/0001-06, neste ato, representado pelo Gestor Senhor Antonio Rodrigues Mendes Souza, com base no Decreto Municipal 002/2008, torna público a instauração da licitação na modalidade PREGÃO, do tipo MENOR PREÇO, critério de julgamento POR ITEM, em sua forma Eletrônica, sob o regime de execução indireta, tendo por finalidade o REGISTRO DE PREÇOS, nos termo do Art 15, Inciso II da Lei 8666/93, regido pelas Leis nº 10.520/2002, Lei Complementar nº 123/2006 (redação alterada pela Lei Complementar nº 147/2014), Decreto Municipal nº . 002/2008, bem como, o Decreto Municipal nº 377/2021 e aplicando subsidiariamente, no que couber, as disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/1993, ainda pelo Decreto Federal 5.450/2005 e demais normas aplicáveis.

LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA	Site: <u>www.comprasgovvernanemtais.gov.br</u> (<u>comprasnet</u>)		
INÍCIO DO ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS	Dia 02/06/2022 às 10:00h		
ABERTURA DAS PROPOSTAS	Dia 14/06/2022 às 09:00h		
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA	Dia 14/06/2022 às 10:00h		
TEMPO DE DURAÇÃO DA FASE IMINENTE DE LANCES	05 (cinco) minutos		
REFERÊNCIA DE TEMPO	HORÁRIO DE BRASÍLIA		
CODIGO DA UASG	982323		
LOCAL PARA RETIRADA DO EDITAL E SEUS ANEXOS: o edital completo está disponível			

Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e locais anteriormente estabelecidos desde que não haja comunicação do pregoeiro em contrário.

para consulta e cópia na internet no endereço: www.comprasgovvernanemtais.gov.br (comprasnet)

Recomendamos aos licitantes pleiteantes a leitura atenta deste Edital.



Havendo divergência entre as informações constantes do registro da licitação no licitações-e.com.br e as constantes deste Edital e de seus anexos, prevalecerão as últimas.

1. DO OBJETO E DOS ANEXOS DO EDITAL

- 1.1 Constitui o objeto deste Edital promover o Registro de Preços consignado em Ata e determinas as condições para eventual Contratação de empresa para fornecimento de Lanches e Refeições, para atender as necessidades do Fundo Municipal de Educação, por um período de 12 (Doze) meses, observados os detalhamentos técnicos e operacionais, conforme especificações e quantidades constantes no Anexo II do Termo de Referência, Anexo deste Edital.
- **1.1.** A descrição detalhada dos serviços está contida no Anexo II (Termo de Referência) deste instrumento convocatório e deverá ser minuciosamente observada pelos licitantes quando da elaboração da proposta de preços.
- 1.2. O presente certame é realizado nos moldes do Decreto Municipal Nº 377, de 01 de Outubro de 2021, que regula o tratamento diferenciado para contratação de empresas locais (MEI, ME e EPP), que em seu Art. 2°, Inciso "I" estabelece a Administração Municipal poderá "realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempreendedor individual (MEI), microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP) estabelecidos no âmbito local do Município de Arcoverde PE, desde que haja justificativa técnica nesse sentido, a constar no Edital, e o valor dos itens de contratação não exceda àquele estipulado pelo inciso I do artigo 48, da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006:"
- **1.2.** Havendo divergências entre a descrição do objeto constante neste Edital e seus anexos e a descrição do sistema Comprasnet, **sempre prevalecerá o estabelecido em Edital.**

2. ANEXOS DO EDITAL

- **2.1.** Fazem parte deste instrumento convocatório os anexos de I a IV, conforme descrito abaixo:
- a)Estudo Tecnico Preliminar (anexo I)
- b)Termo de Referência (Anexo II);
- c)Minuta do Contrato (Anexo III);
- d)Modelo" de Declaração de Enquadramento como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte *ME ou EPP*(Anexo IV;
- e)Modelo Declaração Conjunta (anexo V)
- f)Modelo" Minuta Ata de Registro Preços (anexo VI)

Os anexos constantes no subitem anterior são parte integrante e inseparável do presente Edital.



3.PRÉ-REQUISITOS DO LICITANTE PARA PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar desse pregão quaisquer licitantes que:

- 3.2. Detenham atividade pertinente e compatível com o objeto deste pregão;
- 3.1.2. Estejam devidamente credenciados perante o sistema eletrônico promovido pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI), do Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão, através do endereço eletrônico www.gov.br/compras (sistema comprasnet)

3.2. Não poderão concorrer neste pregão as empresas:

- 3.2.1.Em consórcio;
- 3.2.2.Sob processo de recuperação judicial;
- 3.2.3. Declaradas inidôneas, por ato do Poder Público;
- 3.2.4.Impedidas de licitar, contratar ou transacionar com a Administração, ou qualquer de seus órgãos descentralizados;
- 3.2.5Enquadradas nas disposições do art. 9º da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores;
- 3.2.6.Proponentes que fazem parte do mesmo grupo econômico ou financeiro somente podem apresentar uma única proposta, sob pena de rejeição de todas as propostas apresentadas.
- a)Considera-se integrante do mesmo grupo econômico ou financeiro as empresas que tenham diretores, acionistas ou representantes legais comuns, e aquelas que dependem ou subsidiem econômica ou financeiramente a outra empresa.

4.DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÃO

- 4.1. Até 02 (dois) dias úteis anteriores à realização da sessão pública do pregão eletrônico, qualquer cidadão poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do pregão.
- 4.2. A impugnação deverá ser manifestada por escrito, dirigida a pregoeira, protocolizando o original, no horário das 08h00min às 13h00min, em dias úteis, no endereço da sede da Prefeitura Municipal de Arcoverde, ou por meio do e-mail licitação.pma2013@gmail.com ou licitação.arcoverde.pe.gov.br
- 4.3. Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.
- 4.4. As retificações do edital, por iniciativa oficial ou provocadas por eventuais impugnações vincularão todos os licitantes, devendo ser publicadas no mesmo meio de comunicação anterior, exceto quando, inquestionavelmente, a modificação não alterar a formulação das propostas.
- 4.5.As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados pela pregoeiro serão divulgados no endereço eletrônico www.comprasgovernamentais.gov.br, no link correspondente a este Edital, para consulta por qualquer interessado.

5.DO CREDENCIAMENTO

5.1. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os licitantes interessados em participar do pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal (intransferíveis), obtidas junto à SLTI, onde também deverão



informar-se acerca de seu funcionamento e regulamento, recebendo instruções detalhadas para sua correta utilização.

- 5.2. O credenciamento da empresa e seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica na responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.
- 5.3. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como em qualquer transação efetuada, diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou à Prefeitura Municipal de Arcoverde a responsabilidade por eventuais danos decorrente do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- 5.4. Caberá à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas ou sua desconexão.
- 5.5.1. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema eletrônico para imediato bloqueio de acesso.

6.DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

- 6.1. Como condição para participação no pregão, a licitante assinalará "sim" ou "não" em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:
- 6.1.1.Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital;
- 6.1.2. Que elaborou sua proposta de maneira independente;
- 6.1.3. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- 6.1.4. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos do art. 7º XXXIII, da Constituição.
- 6.1.5. Que não utiliza mão de obra em trabalho forçado ou degradante;
- 6.2.A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como ME ou EPP sujeitará o licitante às sanções cabíveis.

7.DO ENVIO DA PROPOSTA

- 7.1.O licitante deverá enviar proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a partir do momento da divulgação do edital no endereço eletrônico, até a abertura da sessão, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.
- 7.2. As propostas deverão ser formuladas de acordo com as especificações contidas no Anexo II deste Edital.
- 7.3. Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas apresentadas.



- 7.4. Nos preços propostos e nos lances deverão estar inclusos todos os custos referentes ao objeto desta Licitação tais como impostos: encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução de serviços.
- 7.5.A apresentação da proposta eletrônica implica plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, bem como das discriminadas abaixo:
- 7.5.1.Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

8.DO PROCEDIMENTO E JULGAMENTO

- 8.1., A partir do horário previsto no Edital, a sessão pública na internet será aberta por comando da Pregoeira, no endereço eletrônico *www.gov.br/compras* (sistema comprasnet)
- 8.2. A pregoeira examinará, com auxílio da equipe de apoio, a aceitabilidade do menor preço e a compatibilidade do objeto proposto com o especificado no Edital, decidindo motivadamente a respeito.
- 8.2.1.A análise das propostas pelo pregoeiro visará ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, sendo desclassificadas as propostas:
- a) Cujo objeto não atenda às especificações, prazos e condições fixados neste Edital e seus Anexos;
- b) Que apresentem preço baseado exclusivamente em proposta dos demais licitantes;
- c) Que apresentem preço excessivo ou manifestamente inexequível.
- d) Que apresentem valor superior ao estimado
- 8.3.A eventual desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema eletrônico, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 8.4.Durante os trabalhos de julgamento das propostas, o pregoeiro poderá suspender a reunião para promover diligências acerca de dúvidas que não possam ser sanadas de imediato.
- 8.5.Para o julgamento e classificação das propostas será adotado o critério de **MENOR PREÇO POR ITEM**

9.DA FASE DE LANCES

- 9.1.O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas pelo pregoeiro, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 9.2. Aberta a etapa competitiva, os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do respectivo horário de registro e valor.
- 9.3.O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado no Sistema.
- 9.4.Em caso de empate, prevalecerá o lance recebido e registrado primeiro.
- 9.5.Durante o transcurso da sessão, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante;
- 9.6.Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade do licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.



- 9.7.Durante a fase de lances, o pregoeiro poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja manifestamente inexequível.
- 9.8.O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a 20 (vinte) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a 03 (três) segundos.
- 9.9.No caso de desconexão do pregoeiro, no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.
- 9.9.1.Quando a desconexão do pregoeiro persistir por tempo superior a 20 (vinte) minutos, a sessão do pregão na forma eletrônica poderá ser suspensa, automaticamente, e reiniciada somente após comunicação expressa aos participantes no sítio *www.gov.br/compras* (sistema comprasnet)
- 9.10.O encerramento da etapa de lances será decidido pelo pregoeiro, que informará, com antecedência de 1 a 60 minutos, o prazo para início do tempo de iminência.
- 9.11.Decorrido o prazo fixado pelo pregoeiro, o sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo Sistema, findo o qual será automaticamente encerrada a fase de lances.
- 9.12. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar outros lances, valerá o último lance por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas.
- 9.13.Ao presente certame não se aplica o sorteio como critério de desempate. Lances equivalentes não serão considerados iguais, vez que a ordem de apresentação das propostas pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação.

10.DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

- 10.1. Encerrada a etapa de lances e depois da verificação de possível empate, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto ao preço, a sua exequibilidade, bem como quanto ao cumprimento das especificações do objeto.
- 10.2.O pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital, por meio da funcionalidade disponível no sistema estabelecendo no "chat" prazo razoável para tanto, sob pena de não aceitação da proposta.
- 10.2.1.O prazo estabelecido pelo Pregoeiro poderá ser prorrogado por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo estabelecido e formalmente aceita pela pregoeira.
- 10.3.Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, a Pregoeira examinará a proposta ou lance subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 10.4. Havendo necessidade, o pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.
- 10.5. A pregoeira poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.
- 10.6. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.
- 10.7.A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.



11.DAS AMOSTRAS

1.1. Fica reservado a esta Administração, o direito de solicitar amostras para realizações de testes que comprovem a qualidade das refeições. Para tanto, os alimentos serão submetidos à análises técnicas pertinentes e ficam, desde já, cientes os licitantes de que os alimentos considerados insatisfatórios em qualquer das análises será automaticamente recusado, devendo ser, imediatamente, substituídos.

12.DA HABILITAÇÃO

- 12.1.O atendimento das condições de habilitação será verificado por meio do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), cabendo ao licitante detentor do menor preço apresentar os documentos especificados abaixo.
- 12.2. Os documentos abaixo relacionados que não estejam contemplados no SICAF deverão ser encaminhados por sistema eletrônico, através da função "Enviar Anexo", no prazo de 01 (uma) hora, após solicitação, via *chat*, da pregoeira.

12.3. Para habilitação serão exigidos, exclusivamente, os seguintes documentos:

12.3.1.HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a)Pessoa física: Cédula de identidade
- b)Empresa individual: registro na junta comercial
- c)Sociedade empresária: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na junta comercial.
- d)Sociedade empresária: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na junta comercial.
- e)Sociedade por ações: ato constitutivo inscrito no Cartório Civil (Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou Cartório de Registro de Títulos e Documentos), acompanhado de prova da diretoria em exercício.
- f)Empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no Brasil: decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento, expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- g) Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

12.3.2. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

- a)Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ);
- b)Se pessoa física, prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);
- c)Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.
- d)Certidão de regularidade fiscal expedida pela Secretaria da Fazenda Estadual;
- e)Certidão de regularidade fiscal expedida pela Secretaria da Fazenda Municipal;
- f)Certidão conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- g)Certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);



h)Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, com apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

12.3.3.QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

a) Comprovação de aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, através de apresentação de atestado(s), fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprovem ter prestado serviços semelhantes ao objeto desta licitação;

12.3.4.QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- a) Certidão negativa de falência/ concordata, ou recuperação judicial ou recuperação extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede do licitante em **processo judicial eletrônico** emitida pelo Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, através do site www.tjpe.jus.br, ou equivalente ao seu estado sede, onde conste o prazo de validade e não havendo este, somente será aceita com data de emissão não superior 30 (trinta) dias.
- b) Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social já exigível e apresentado na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, devendo vir acompanhado de cópia dos termos de abertura e encerramento do Livro Diário do qual foi extraído, contendo o número de registro da Junta Comercial ou Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas RCPJ, bem como a identificação da assinatura do titular ou representante legal da empresa e do contador, acompanhado da Certidão de Regularidade Profissional devidamente válida (considerando a data do registro do balanço), expedida pelo Conselho Regional de Contabilidade.
- c) As empresas com menos de 01 (um) ano de exercício social de existência devem cumprir a exigência contida na alínea "b", mediante a apresentação do Balanço de Abertura ou do último Balanço Patrimonial levantado.
- d)Certidão Simplificada válida emitida pela Junta Comercial ou Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas RCPJ;

12.3.5. DECLARAÇÕES EMITIDAS PELO SISTEMA

- a)Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital;
- b)Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- c)Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos do art. 7°, XXXIII, da Constituição Federal.
- 12.4.No caso da existência de certidão vencida, o licitante será convocado a encaminhar documento válido que comprove o atendimento das exigências deste Edital, por meio da opção "Enviar Anexo" do



sistema, no prazo de 30 (trinta) minutos após solicitação do pregoeiro e, em original ou cópia autenticada, no endereço e prazo estabelecidos neste edital.

- 12.5.As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.
- 12.5.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de cinco dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para regularização da documentação, para pagamento ou parcel amento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa. (Redação dada pela Lei Complementar nº 155, de 2016) produção de efeito.
- 12.5.2. A não regularização da documentação no prazo previsto no subitem anterior implicará na inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei Federal nº 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para habilitação e assinatura do contrato, ou revogar a licitação.
- 12.5.3. A pregoeira suspenderá a sessão para a regularização mencionada no subitem 12.5.1., informando via *chat* data e horário para a sua continuidade.
- 12.6. A Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte detentora do menor preço deverá comprovar a conformidade com os incisos I ou II do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, por meio do envio do Balanço Patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício exigível, ou do imposto de renda, onde conste a receita bruta do mesmo exercício.
- 12.7. Caso não seja comprovada a condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, a licitante será inabilitada, ficando sujeita à aplicação das sanções cabíveis.
- 12.8.Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o pregoeiro suspenderá a sessão, informando no *chat* a nova data e horário para continuidade da mesma.
- 12.9. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar os documentos exigidos ou por apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

13.DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

- 13.1. Após a fase de habilitação, declarado o vencedor e, se for o caso, decorrida a fase de regularização fiscal de ME/EPP, a pregoeira anunciará formalmente o início da fase recursal, abrindo prazo de 30 (trinta) minutos durante o qual qualquer licitante poderá manifestar, imediata e motivadamente, em campo próprio do sistema eletrônico, a intenção de recorrer, com síntese de suas razões, sendo-lhe concedido o prazo de 03 (três) dias para apresentação das razões do recurso.
- 13.2.A falta de manifestação imediata e motivada do licitante em recorrer importará a decadência desse direito e a consequente adjudicação do objeto da Licitação pelo Pregoeiro ao licitante vencedor.
- 13.3.O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 13.4.Os demais licitantes ficam, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões, também via sistema eletrônico, em 03 (três) dias, que começarão a contar ao término do prazo do



recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata aos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

- 13.5.Não serão conhecidos recursos e contrarrazões entregues por escritos ou qualquer outro meio que não o campo específico disponibilizado pelo sistema de pregão eletrônico, através do sítio www.gov.br/compras (sistema comprasnet)
- 13.6.Cabe a pregoeira receber, examinar e decidir os recursos, encaminhando à autoridade competente quando mantiver sua decisão, hipótese na qual caberá a esta a adjudicação do objeto.

14.DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

- 14.1Considerada regular a proposta definitiva de preços e constatado o atendimento das exigências relativas aos documentos de habilitação, caso não haja interposição de recurso e, se houver, após a prolação de regular decisão, o objeto será adjudicado ao licitante vencedor por ato do pregoeiro ou pela autoridade competente, conforme o caso.
- 14.2.Da sessão pública do pregão divulgar-se-á ata no sistema eletrônico.
- 14.,3. Constatada a regularidade dos atos praticados durante todo o certame, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

15.DA REMESSA DE DOCUMENTOS

- 15.1.O original da proposta definitiva de preços e os originais ou cópias autenticadas dos documentos exigidos na fase de aceitação e/ou de habilitação deverão ser encaminhados à sede da Prefeitura Municipal de Arcoverde, localizada na Av. Cap. Arlindo Pacheco de Albuquerque nº 88 Centro Arcoverde PE, no prazo de 02 (dois) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, contado da solicitação do pregoeiro no sistema eletrônico.
- 15.2.No caso do licitante enviar tais documentos via Correios, deverá fazê-lo por carta registrada ou Sedex, de forma que fique comprovada a data do envio dos referidos documentos, bem como seja possível rastrear a correspondência e identificar eventual extravio, sob pena de aplicação de penalidade pelo não cumprimento do prazo estipulado.
- 15.3.Os documentos acima referidos deverão ser apresentados de forma legível e em original, ou por qualquer processo de cópia autenticada por Cartório competente ou por servidor da Comissão Permanente de licitação, ou por meio de publicação em órgão da imprensa oficial.
- 15.4.Não precisarão ser autenticadas as cópias de documentos e certidões cuja autenticidade possa ser verificada pela internet.
- 15.5.As certidões, quando nada dispuserem sobre sua validade, serão aceitas desde que expedidas nos 30 (Trintas) dias anteriores à data de apresentação na Prefeitura Municipal de Arcoverde.
- 15.6.. Os documentos das empresas ou licitantes que não se habilitarem no referido processo, terá o prazo de 30 (trinta) dias para sua retirada, após serão incinerados.

16.FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO



- 16.1.A contratação decorrente desta licitação será formalizada mediante celebração de termo de contrato, cuja minuta integra este edital, conforme Anexo II.
- 16.2. A vigência do contrato se iniciará com a sua assinatura e se estenderá por 12 (doze) meses.
- 16.3. No momento de convocação para assinatura do Contrato, por ser documento essencial a comprovação da localização e autorização de funcionamento pelo Poder Público do local da sede da Licitante, ressalvada as atividades que demonstrem estarem isentas pelo Poder Público da expedição de tal documento.
- 16.3.1.A adjudicatária terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou Aceitar o instrumento equivalente, conforme o caso, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
- 16.3.2. Alternativamente à convocação para comparecer perante a Prefeitura Municipal de Arcoverde PE, Sala da CPL para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite/retirada do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado/retirado e devolvido no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.
- 16.4. O prazo de que trata os itens anteriores poderá ser prorrogado uma única vez e por igual período, mediante solicitação formal e motivada do interessado, manifestada durante a fluência do prazo inicial, desde que reconhecidas precedentes, pela Administração, as razões aduzidas.
- 16.5.Poderá ser acrescentada no contrato qualquer vantagem apresentada pelo licitante vencedor em sua proposta, desde que seja pertinente e compatível com os termos deste Edital.
- 16.6.No ato da assinatura do contrato, a contratada deve manter as mesmas condições de habilitação, bem como durante a execução contratual.
- 16.7Quando a empresa adjudicada, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não apresentar a situação regular de habilitação, será designada nova sessão pela autoridade competente para o exame, pelo pregoeiro, da oferta subsequente de menor preço e respectiva negociação com o seu autor.
- 16.7.1. Após a negociação, o pregoeiro decidirá sobre a aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cujo autor atenda aos requisitos de habilitação, caso em que será declarado vencedor.
- 16.8Não será permitida em nenhuma hipótese a subcontratação total ou parcial dos objetos desta licitação.

16.9 Observação:

- 16.9.1"As partes, admitem como válida a assinatura do presente instrumento contratual em forma eletrônica, utilizando sistema eletrônico com senha pessoal e intransferível capaz de comprovar a sua autoria e a integridade deste documento, na forma do § 2º do art. 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001.
- 16.9.2.Desse modo, os contratos assinados de forma eletrônica são uma prática comercial rápida, eficaz e segura, sendo dotados de integridade, autenticidade e segurança, além de validade jurídica.



17.DA RESCISÃO DO CONTRATO

- 17.1.A inexecução total ou parcial deste contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei Federal nº 8.666/93.
- 17.2.Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
- 17.3. A rescisão deste contrato poderá ser:
- I Determinada por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei mencionada, notificando-se a CONTRATADA com a antecedência mínima de 10 (dez) dias.
- II Amigável, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência para a CONTRATANTE;
- III Judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.
- 17.4.A rescisão administrativa ou amigável será precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

18.DO FORNECIMENTO DOS MATERIAIS

18.1.Os materiais objeto da presente contratação deverão ser fornecidos conforme especificações do Termo de Referência (Anexo II) deste edital.

19.DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 19.1.A nota fiscal/fatura deve vir com a descrição detalhada dos serviços prestados, bem como com a indicação expressa dos encargos, impostos e tributos passíveis de retenção na fonte.
- 19.2.O pagamento será efetuado em até 30 (Trinta) dias uteis, caso o valor da contratação seja igual ou inferior a R\$ 8.000,00 (oito mil reais), e acima deste valor em até 30 (trinta) dias consecutivos, contados a parti da apresentação da fatura/nota fiscal, atestada pelo Fiscal do Contrato, designado pelo Secretário de Educação Municipal de Arcoverde, e comprovação da manutenção das exigências da habilitação, tudo processado legalmente.
- 19.3. Sendo a nota fiscal/fatura devolvida para correção por parte da contratada, o prazo para pagamento será contado a partir da data de sua reapresentação.
- 19.4.Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que o atraso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.
- 19.5. Não será concedido reajuste ou correção monetária do valor do contrato.
- 19.6. Fica assegurado o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, nos termos do art. 65, II, alínea "d" e §5º da Lei Federal nº 8.666/93.

20.DAS PENALIDADES

20.1.O cometimento de irregularidades no procedimento licitatório ou na execução do contrato administrativo sujeitará o particular à aplicação de sanções administrativas, nos termos das Leis Federais nº 8.666/93 e 10.520/02.



- 20.2.As irregularidades praticadas na execução do contrato administrativo sujeitarão a CONTRATADA às seguintes sanções:
- I multa, observados os seguintes limites máximos:
- a) Pelo atraso no fornecimento e/ou prestação dos serviços, em relação ao prazo estipulado: 0,25% a 1% do valor global contratado, ou do valor contratual remanescente ainda não cumprido, por dia decorrido, até o limite de 10% do valor de referência;
- b) Pela recusa no fornecimento e/ou em prestar o serviço, caracterizada em 10 (dez) dias após o vencimento do prazo estipulado: 1 a 10% do valor contratado ou do valor contratual remanescente ainda não cumprido:
- c) Pela demora em refazer o fornecimento e/ou o serviço rejeitado ou corrigir falhas do serviço, a contar do segundo dia da data da notificação da rejeição: 0,25% a 1% do valor global contratado ou do valor contratual remanescente ainda não cumprido, por dia decorrido;
- d) Pela recusa da CONTRATADA em corrigir as falhas no fornecimento e/ou na prestação do serviço, entendendo-se como recusa prestação do serviço não efetivado nos 05 (cinco) dias que se seguirem à data da rejeição: 2,5% a 10% do valor global contratado, ou do valor contratual remanescente ainda não cumprido;
- e) Pelo não cumprimento de qualquer condição fixada no termo contratual ou nas Leis Federais nº 8.666/93, 10.520/02 e 8.078/90 ou, ainda, no instrumento convocatório e não abrangida nos subitens anteriores: 0,25% a 1% do valor global do contrato ou do valor contratual remanescente ainda não cumprido, para cada evento;
- II impedido de licitar e contratar com o Município, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, da CONTRATADA que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.
- 20.3.A pena pecuniária de multa destina-se às hipóteses de:
- a) Atraso injustificado na execução do contrato;
- b) Inexecução total ou parcial do contrato.
- 20.4.O atraso, para efeito do cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do contrato e a multa será aplicada quando o atraso for superior a 05 (cinco) dias
- 20.5. A sanção de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais penalidades.
- 20.6. Objetivando evitar dando ao erário, poderá adotar medida cautelar para suspender o pagamento à CONTRATADA na proporção do valor de eventual multa a ser aplicada até o término do processo administrativo.
- 20.7As sanções serão aplicadas de forma gradativa, obedecidos aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, após regular processo administrativo com garantia de defesa prévia e de interposição de recurso.
- 20.8Na estipulação das sanções, deverão ser considerados o grau de comprometimento do interesse público e o prejuízo pecuniário decorrente das irregularidades constatadas.

21.DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA



21.1.Para fazer face às despesas decorrentes da execução da presente Licitação será utilizada a seguinte dotação orçamentária:

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO:

ELEMENTO: 339030 - Material de Consumo

ELEMENTO: 339039 - Serviços Terceiro Pessoa Jurídica

ATIVIDADE: 12361120229045 - Manutenção das Atividades Gerais da Secretaria de Educação

Recurso Próprio

22.2. Fica estabelecido que, para o atendimento das despesas referentes nos exercícios financeiros subsequentes, as despesas correrão à conta de dotações orçamentárias que lhe forem destinadas, indicando-se, por instrumento adequado, o crédito e empenho para sua cobertura.

22.DISPOSIÇÕES FINAIS

- 22.1.As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre os licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.
- 22.2.A homologação do resultado do presente certame será divulgada no Diário Oficial do Estado de Pernambuco.
- 22.3.Os demais atos pertinentes a esta licitação, passíveis de divulgação, serão publicados nas mesmas condições do item anterior.
- 22.4.É facultado ao pregoeiro, em qualquer fase da licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, em especial quanto à veracidade das declarações feitas ou apresentadas em razão do cumprimento das exigências deste Edital e seus anexos.
- 22.5. Todos os horários informados nesse Edital obedecerão o Horário de Brasília (DF).
- 22.6.Os casos omissos serão solucionados pelo pregoeiro.
- 22.7.Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da comarca de Arcoverde/PE.
- 22.8O edital completo será disponibilizado para consulta e cópia na internet no endereço: licitacao@arcoverde.pe.gov.br, bem como no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, e, ainda, poderá ser consultado e/ou retirado na sala da pregoeira e membros da equipe de apoio, os quais prestarão todos os esclarecimentos pertinentes ao processo licitatório.

Arcoverde, 31 de Maio de 2022

Pregoeira



ANEXO I

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR FORNECIMENTO DE LANCHES

Introdução

O presente estudo técnico preliminar tem por objetivo demonstrar a viabilidade técnica e econômica da aquisição de gêneros alimentícios, para abastecimento da Secretaria Municipal de Educação, mensurar os riscos da aquisição, bem como fornecer informações necessárias para subsidiar o Termo de Referência e demais documentos relacionados ao processo de aquisição.

1. Definição da solução

O presente instrumento tem como objetivo a contratação de empresa para fornecimento de lanches e refeições, para atender as necessidades do Fundo Municipal de Educação de Arcoverde – PE, no período de 12(doze) meses.

1.1. Justificativa da necessidade da contratação

Com um intenso calendário de eventos e realizações para todo um ano letivo, a Secretaria municipal de Educação demanda de diversos materiais para a melhor promoção de atividades e desenvolvimento educacional do município.

Dentre as demandas da unidade administrativa relacionada, consideramos a necessidade de fornecimento de kits de lanches e demais itens de alimentação a fim de atender o desenvolvimento de atividades da secretaria municipal tais como formações pedagógicas continuadas, aulões para alunos, caminhadas e eventos multi e interdisciplinares.

Para tanto contando com a participação de mais de 6 (seis) mil alunos, 300 (trezentos) professores e mais de 100 (cem) colaboradores, a demanda se estabelece em proporcionar a todos conforto e bem estar no desenvolvimento de suas atividades a fim de garantir e efetivar a maior participação de todos.

1.2. Requisitos da contratação

1.2.1 As refeições a serem adquiridos deverão ser entregues pelo fornecedor de acordo com as especificações abaixo de cada item no município da CONTRATANTE.



- **1.2.2** Na contratação em questão definida por este deverá ser considerado o tratamento diferenciado e preferencial para participação de MEI, ME e EPP, estabelecidos no âmbito local do Município de Arcoverde, haja vista a necessidade de aquisições rápidas em atendimento a demanda, bem como a perecibilidade dos alimento.
- **1.2.3** O tratamento diferenciado se dará em observância ao estabelecido no Decreto Municipal nº 377 de 01 de outubro de 2021, com fulcro nos Art. 1º, Art. 2º parag. I e III e Art. 4º § 2.

LOTE 01

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANTIDADE
01	Kit lanche individual em caixinha plástica transparente. Contendo: 01 fatia de bolo tipo de festa; 03 tipos de salgado (tipo croissant, pastel de festa, coxinha); 01 suco de caixinha tipo industrializado 200ml (diversos sabores) ou 01 refrigerante tipo pitchula 250ml (diversos sabores).	UNID	4.000
02	Bolo simples redondo 1kg (sabores diversos)	UNID	425
03	Salgados diversos – tipo: festa	CENTEN A	90
04	Suco natural de fruta ou polpa – diversos sabores	LT	100

1.2.2 - DO FORNECIMENTO

- **1.2.2.1** O fornecimento será efetuado de forma parcelada após a emissão da Ordem de Fornecimento, gerada pelo Setor de Compras da Secretaria Municipal de Educação, e enviada por meio eletrônico;
- **1.2.2.2** O prazo para entrega dos produtos será de 2 (dois) dias após a emissão da Ordem de Fornecimento:
- **1.2.2.3 –** O local de entrega dos produtos deverá ser de acordo com o cronograma determinado pela coordenação da Secretaria Municipal de Educação, localizada na Av. Capitão Arlinod Pacheco de Albuquerque, número 77, Centro, Arcoverde/PE, cujos contatos podem ser feitos pelos telefones: (87) 3821-9014 ou 3821-1707, ou pelo endereço eletrônico <u>pmaseacompras21@gmail.com</u>.



1.3. Relação entre demanda prevista e a quantidade de cada item

A estimativa de uso dos itens previstos é para atendimento da demanda das escolas e creches da rede Municipal de Educação, além do edifício da própria secretaria. Chegou-se a esta quantidade com base na análise do número de serviços que utilizarão a solução e suas respectivas necessidades de acordo com o calendário escolar e de eventos previamente estabelecido.

2. Pesquisa de mercado e de preço

2.1. Análise de cenários e escolha do tipo de solução

Nesta etapa é feita aavaliação dos cenários de contratação e a definição e justificativa da alternativa que mais se aproxima dos requisitos definidos, melhor atende à demanda, melhor promove a competição entre fornecedores e é o mais vantajoso para a administração pública.

Abaixo segue a análise de cenários, a partir das tecnologias encontradas durante o levantamento de mercado.

Cenário	Análise do cenário	Adoção	Justificativa
Realizar o desenvolvimento da solução internamente, se o ente público possuir algum órgão ou entidade que atue no ramo de fornecimento de gêneros alimentícios	Não há	Não recomendado	Inexistente
2. Adquirir soluções disponíveis no mercado	Fornecedores externos	Recomendado	Melhor viabilidade
3. Contratar empresa para desenvolvimento de solução personalizada	Não há	Não recomendado	Inexistente
4. Não contratar solução alguma	Não	Não recomendado	Inviável
5. Outros cenários possíveis	Não	Não recomendado	Incertezas



A solução mais vantajosa e que mais se adequa às necessidades do órgão é adquirir soluções disponíveis no mercado, que trata da contratação de empresa fornecedora. Tal cenário é o mais vantajoso para a administração do ponto de vista do custobenefício, eficácia, eficiência, padronização, usabilidade, segurança e disponibilidade do mercado.

A contratação considera ainda a disponibilidade de empresas distribuidora de pequeno ou médio porte existente s no âmbito do município.

Foi realizado levantamento de mercado para identificação de possíveis fornecedores que atenderiam à necessidade da contratação, constatando-se a existência de amplo número de empresas concorrentes aptas a fornecer o bem a ser contratado.

2.2. Levantamento de Mercado e Justificativa da Escolha do Tipo de Solução a Contratar:

A pesquisa de preços resultou na lista abaixo de valores para os produtos necessários, os quais tornam viável ao mercado atender à demanda identificada. Todos os valores relacionados à demanda foram tomados por meio de cotação elotronica verificada no Painel de Preços do Ministério da Economia e banco de preços privado (Cotações Zenite) tomando como base o valor médio. Resultados com relatórios gerados se encontram em anexo.

IDENTIFICAÇÃO DE TODAS AS SOLUÇÕES DE MERCADO E PREÇOS LEVANTADOS

Cotações Zenite

2022

Fonte de pesquisa: https://www.cotacaozenite.com.br/cotacao/pesquisa

Périodo de Compras para Analise: entre 30 e 120 dias

Relatório gerado: dias 12 / 05 /

5 / | F

Forma de pesquisa: Codigo Máterial/Serviço

(CATMAT); Descrição; Unidade de Fornecimento

2.3 Estimativas preliminares de preços

A tabela abaixo apresenta as unidades de medida de cada item de contratação, a quantidade estimada de bens ou serviços e o valor estimado na contratação. Em seguida, faz-se a análise crítica dos preços coletados para, ao final, definir a estimativa preliminar de preços.

As demais especificações técnicas do produto, conforme exigências da administração, encontra-se no anexo 5, do termo de referencia oriundo deste.

CNPJ: 10.105.955/0001-67



Nº	Descrição do bem ou serviço	catmat	Unid.	Qtd.	Valor unit. (R\$)	Valor total (R\$)
1.	Kit lanche individual em caixinha plástica transparente. Contendo: 01 fatia de bolo tipo de festa; 03 tipos de salgado (tipo croissant, pastel de festa, coxinha); 01 suco de caixinha tipo industrializado 200ml (diversos sabores) ou 01 refrigerante tipo pitchula 250ml (diversos sabores).	12807	UNID	4.000	R\$ 15,66	R\$ 62.640,00
2.	Bolo simples redondo 1kg (sabores diversos)	308385	UNID	425	R\$ 15,61	R\$ 6.634,25
3.	Salgados diversos – tipo: festa	337080	CENT ENA	90	R\$ 101,75	R\$ 9.157,50
4.	Suco natural de fruta ou polpa – diversos sabores	464749	LT	100	R\$ 15,66	R\$ 1.566,00

Análise crítica dos preços coletados:

Considerando os orçamentos levantados, utilizando o Banco de Preços. Entende-se, também, que os preços coletados utilizados para o orçamento apresentado estão de acordo com os característicos para o mercado, representando capacidades de elegibilidade.

O método utilizado neste estudo para a estimativa preliminar de preço da contratação foi à média do valor de cada custo da planilha dos preços pesquisados dos orçamentos recebidos, que resultou no valor orçado estimado de R\$ 79.998,75.

Após a extração e consolidação dos valores chegou-se aos valores referenciais abaixo.

Seguem anexas as memórias de cálculo da estimativa de preços referenciais e os documentos que lhe dão suporte.

Estimativa preliminar de preços (R\$): 79.998,75 (Setenta e nove mil novecentos e noventa e oito reais e setenta e cinco centavos).



3. Análise de riscos, adequações e benefícios

3.1. Resultados e benefícios previstos

Em relação à eficácia, atendimento de todas as demandas logísticas e administrativas, no suporte à atividade finalística do órgão.

Em relação à eficiência, assegurar a prestação de serviços e o uso racional dos recursos financeiros.

Oferecer solução tecnológica de qualidade para apoiar o atendimento na rede pública de educação.

Nº	Resultados e benefícios esperados	Indicador de sucesso
1.	Pomover refeição e lanche para os alunos, em atividade extraclasse	Incentivo para maior participação em eventos diversos.
2.	Promover refeição e lanche para equipe pedagógica	Aumento do desempenho do profissional.

ANTÔNIO RODRIGUES MENDES SOUZA Secretário de Educação

SANDRO TENÓRIO DE CARVALHO Setor de Compras



ANEXO II

TERMO DE REFERÊNCIA

ORGÃO

Setor Requerente: Secretaria Municipal de Educação e Esportes

Responsável pela demanda: SANDRO TENÓRIO DE CARVALHO

Matrícula: 302884

E-mail:pmaseacompras21@gmail.com

Telefone: (87) 3821-9014 / 3821-1707

1. OBJETO

Constitui objeto da presente licitação a contratação de empresa para fornecimento de lanches e refeições, para atender as necessidades do Fundo Municipal de Educação de Arcoverde – PE, no período de 12(doze) meses.

2. JUSTIFICATIVA

Com um intenso calendário de eventos e realizações para todo um ano letivo, a Secretaria municipal de Educação demanda de diversos materiais para a melhor promoção de atividades e desenvolvimento educacional do município.

Dentre as demandas da unidade administrativa relacionada, consideramos a necessidade de fornecimento de kits de lanches e demais itens de alimentação a fim de atender o desenvolvimento de atividades da secretaria municipal tais como formações pedagógicas continuadas, aulões para alunos, caminhadas e eventos multi e interdisciplinares.

Para tanto contando com a participação de mais de 6 (seis) mil alunos, 300 (trezentos) professores e mais de 100 (cem) colaboradores, a demanda se estabelece em proporcionar a todos conforto e bem estar no desenvolvimento de suas atividades a fim de garantir e efetivar a maior participação de todos.

3. DOS QUANTITAVOS E DAS DESCRIÇÕES

Os itens a serem adquiridos, as formas de apresentação e as quantidades estimadas para um período 12 (doze) meses, estão especificados nos Apêndices deste Termo de Referência.

4. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Os recursos orçamentários alocados para o pagamento do objeto desta licitação são oriundos das seguintes Dotações Orçamentárias:

RECURSO PRÓPRIO

Atividade: 12.361.1202.2.9045 - Manutenção das Atividades Gerais da

Secretária de Educação.

Elemento: 3.3.90.30.00 - Material de consumo.

Fonte do Recurso: 02.



Atividade: 12.361.1202.2.9045 – Manutenção das Atividades Gerais da

Secretária de Educação.

Elemento: 3.3.90.39.00 - serviços Terceiro Pessoa Juridica

Fonte do Recurso: 02.

5. ESPECIFICAÇÕES DOS PRODUTOS

ITEM	DESCRIÇÃO	CATMA T	UNID	QUANTIDA DE	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
01	Kit lanche individual em caixinha plástica transparente. Contendo: 01 fatia de bolo tipo de festa; 03 tipos de salgado (tipo croissant, pastel de festa, coxinha); 01 suco de caixinha tipo industrializado 200ml (diversos sabores) ou 01 refrigerante tipo pitchula 250ml (diversos sabores).	12807	UNID	4.000	R\$ 15,66	R\$ 62.640,0 0
02	Bolo simples redondo 1kg (sabores diversos)	308385	UNID	425	R\$ 15,61	R\$ 6.634,25
03	Salgados diversos – tipo: festa	337080	CENTEN A	90	R\$ 101,75	R\$ 9.157,50
04	Suco natural de fruta ou polpa – diversos sabores	464749	LT	100	R\$ 15,66	R\$ 1.566,00

VALOR GLOBAL ESTIMADO (R\$): 79.998,75 (SETENTA E NOVE MIL NOVECENTOS E NOVENTA E OITO REAIS E SETENTA E CINCO CENTAVOS)

6. DA MODALIDADE DE LICITAÇÃO E DEFINIÇÕES

- **6.1** A aquisição será realizada mediante Pregão Eletrônico, com aplicabilidade de tratamento diferenciado, sendo preferencialmente adjudicado a MEI, ME e EPP estabelecidos no âmbito local do município de Arcoverde, conforme expresso no Decreto Municipal nº 377 de 01 de outubro de 2021.
- **6.2** O tratamento diferenciado se dará em observância ao estabelecido no Decreto Municipal nº 377 de 01 de outubro de 2021, com fulcro nos Art. 1º, Art. 2º parag. I e III e Art. 4º § 2.

7. DO FORNECIMENTO, DO PRAZO E DO LOCAL DE ENTREGA



- **7.1** O fornecimento será efetuado de forma parcelada após a emissão da Autorização de Fornecimento, gerada pelo Setor de Compras da Secretaria Municipal de Educação, e enviada por meio eletrônico, fax ou correios:
- **7.2 –** O prazo para entrega dos gêneros será de 2 (dois) dias após a emissão da Autorização de Fornecimento:

8. DO RECEBIMENTO

- **8.1 –** Os gêneros serão recebidos da seguinte forma:
- **8.1.1** Os produtos definidos no anexo deste Termo de Referência deverão estar de acordo com o prazo de validade, livres de defeitos, imperfeições e outros vícios, em embalagens transparentes (nos casos de kits) ou originais do fabricante, adequadas para proteger seu conteúdo contra danos durante o transporte até o local de entrega;
- **8.1.2** Os produtos que não obedecerem às especificações do Termo de Referência serão devolvidos para substituição imediata, sem ônus para o Contratante;
- **8.1.3** O recebimento definitivo ocorrerá após cumpridas as exigências dos itens anteriores, ocasiões em que as Notas Fiscais serão atestadas e encaminhadas à Gerencia Financeira para as providencias de agendamento/pagamento.

9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- **9.1 –** Realizar os fornecimentos em conformidade com o Contrato;
- **9.2** Responder pelos danos e/ou prejuízos causados a Secretaria Municipal de Educação de Arcoverde ou a terceiros, por ocorrência de problemas em virtude da execução do Contrato, salvo na ocorrência de caso fortuito, ou força maior, apurados na forma da legislação vigente;
 - 9.3 Fornecer os produtos sempre dentro de seu prazo de validade;
 - 9.4 Acatar e facilitar a ação da fiscalização do Município, cumprindo as exigências da mesma;
- **9.5** Responsabilizar-se pelo transporte dos produtos, de seu estabelecimento até o local determinado pelo Município, bem como pelo seu descarregamento;
- **9.6** Responsabilizar-se pelos encargos decorrentes do cumprimento das obrigações contratuais, bem como pelo recolhimento de todos os impostos, taxas, tarifas, contribuições ou emolumentos federais, estaduais e municipais, que incidam ou venham incidir sobre o objeto deste Termo de Referência, bem como apresentar os respectivos comprovantes, quando solicitados pela Secretaria Municipal de Educação;
- **9.7** Substituir imediatamente os produtos em desconformidade com as especificações, sem ônus para a Secretaria;
- **9.8** Comunicar à Secretaria, a qualquer tempo, toda anormalidade que possa prejudicar a execução do Contrato, prestando os esclarecimentos pertinentes e, se for o caso, providenciando a



devida correção;

- 9.9 Não transferir a outrem, o objeto do Contrato;
- **9.10** Além de outros documentos que possam ser exigidos em Edital e/ou Contrato, os fornecedores também deverão apresentar declaração de que o produto fornecido será substituído, sem ônus para a Secretaria Municipal de Educação, caso o mesmo não esteja de acordo com exigências deste Termo, do Edital ou do Contrato;
- **9.11 –** Emitir Nota Fiscal de venda, onde conste, no mínimo, a marca do produto, n° (s) do (s) lote (s), quantidade fornecida, valor unitário e valor total. As informações deverão estar dispostas lado a lado, produto a produto, de modo a viabilizar a conferência.

10. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 10.1 Efetuar os pagamentos à CONTRATADA, na forma estabelecida do edital e no contrato;
- **10.2 -** Rejeitar os produtos que não satisfazerem aos padrões exigidos nas especificações e recomendações da contratante;
- **10.3 -** Notificar a contratada, por escrito, de quaisquer irregularidades que venham a ocorrer, em função da prestação dos serviços;
 - 10.4 Cumprir e fazer cumprir o disposto nas cláusulas deste Termo de Referência.

11. DO PRAZO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

11.1 - O pagamento será realizado mediante emissão de nota fiscal eletrônica, em até 30 (trinta) dias após a entrega e aceitação dos produtos, com o devido ateste de recebimento que deverá ser assinado e carimbado por Funcionário (a) adequado (a).

12. DA VIGÊNCIA

Os contratos decorrentes deste TR terão vigência de 01 (um) ano, com termo inicial na data de sua assinatura.

ANTÔNIO RODRIGUES MENDES SOUZA Secretário de Educação

SANDRO TENÓRIO DE CARVALHO Setor de Compras

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Av. Capitão Arlindo Pacheco de Albuquerque, 88 Centro – CEP 56.505-480 / Fone: (87) 3821-9004 Email: <u>licitacao.pma2013@gmail.com</u> CNPJ: 10.105.955/0001-67



Referência (Anexo I).

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARCOVERDE Av. Cap.Arlindo Pacheco de Albuquerque, 88 - Centro Arcoverde-PE CNPJ N° 10.105.955/0001-67

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UM LADO O ----- E DO OUTRO A EMPRESA ------ PARA ------, COMO MELHOR

ABAIXO SE DECLARAM:

ANEXO III

MINUTAS DO CONTRATO

Pelo presente instrumento público de contrato, de um lado a Prefeitura Municipal de Arcoverde, através do Fundo Municipal
$de \ Educa \\ \tilde{cao}, pessoa jurídica \ de \ direito \ público interno, com sede \ na n^o, Centro, Arcoverde, Pernambuco, inscrito público interno, com sede \ na n^o, Centro, Arcoverde, Pernambuco, inscrito público interno, com sede \ na$
no CNPJ/MF sob o nº, neste ato Secretário, residente e domiciliada na, inscrita sob o CPF
$n^o \ RG \ n^o \ e \ de \ outro \ lado, \ a \ empresa \ \ estabelecida \ a \ inscrito(a) \ no \ estabelecida \ a \$
$CNPJ \ sob \ o \ n^o, \ neste \ ato \ representada \ pelo(a) \ Sr(a). \ (nacionalidade), \ residente \ e$
$domiciliado(a) \ \grave{a} \ (endere completo) \\ cidade, inscrito(a) \ no \ CPF/MF \ sob \ o \ n^o \ \\ e \ RG$
nº, doravante denominadas CONTRATANTE E CONTRATADA, consoante a Lei nº 10.520 de 17 de julho de
2002, do Processo Licitatório SEDUC nº/2022, Modalidade PREGÃO ELETRÔNICO SRP SEDUC nº/2022, nos
termos da proposta apresentada, têm por mútuo consenso, através do presente instrumento, contratado definitivamente o que a
seguir declaram.
CLÁUSULA I - DO OBJETO
1.10 presente instrumento contratual terá por objeto desta licitação a Contratação de empresa para fornecimento de Lanches e Refeições, para atender as necessidades do Fundo Municipal de Educação, por um período de 12 (Doze) meses
CLÁUSULA II - DA VIGÊNCIA
2.10 presente instrumento terá vigência da data de sua assinatura até o dia//20
CLÁUSULA III – DO FORNECIMENTO DOS PRODUTOS

3.1Fornecimento dos produtos objeto do presente contrato será realizada conforme a descrição do Termo de



CLÁUSULA IV - DO PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO

4.1A Prefeitura pagará ao contratado uma importância total de R\$ (), conforme disposto na proposta
do CONTRATADO, sintetizada na tabela seguinte:	

Item	Descrição detalhada	Qtd.	Marca	Valor Unitário	Valor Total
1				Cintario	Total
2					
3					

- 4.10 pagamento deverá ser efetuado em até 30 (Trinta) dias uteis, caso o valor da contratação seja igual ou inferior a R\$ 8.000,00 (oito mil reais|), e acima deste valor em até 30 (trinta) dias consecutivos, contados a parti da apresentação da fatura/nota fiscal, atestada pelo Fiscal do Contrato, designado pelo Secretário de Educação Municipal de Arcoverde, e comprovação da manutenção das exigências da habilitação, tudo processado legalmente.
- 4.2 Sendo a Nota Fiscal/Fatura devolvida para correção por parte da CONTRATADA, o prazo para pagamento será contado a partir da data de sua reapresentação.
- **4.3** Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, se que o atraso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.
- 4.4Não será concedido reajuste ou correção monetária do valor do contrato.
- 4.5Fica assegurado o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, nos termos do art. 65, II, alínea "d" e §5º da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA V - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1Para fazer face às despesas decorrentes da execução do presente contrato, será utilizada as seguintes Dotações Orçamentárias:

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO:

ELEMENTO: 339030 - Material de Consumo

ELEMENTO: 339039 - Serviços Terceiro Pessoa Juridica

ATIVIDADE: 12361120229045 – Manutenção das Atividades Gerais da Secretaria de Educação

Recurso Próprio

R\$ (Valor contratado)

CLÁUSULA VI - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 6.1Além de outras decorrentes de normas legais e da natureza da presente licitação, são obrigações da Contratada:
- a) Fornecer o material conforme as especificações constantes do ato convocatório do respectivo pregão eletrônico;



- **b**) Manter as condições de habilitação e qualificação exigido no instrumento convocatório, atualizando os documentos sempre que vencidos os prazos de validade;
- c) Informar a Prefeitura Municipal de Arcoverde de qualquer alteração necessária à consolidação dos ajustes decorrentes do CONTRATO, tais como: mudança de endereço, telefone, fax, dissolução da sociedade, falência e outros:
- d) Aceitar os acréscimos e supressões nos quantitativos estimados em lei;
- e) A contratada é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato;
- **f**) Responsabilizar-se por todas as despesas diretas ou indiretas que incidam sobre os ajustes decorrentes do CONTRATO, inclusive as despesas relativas à entrega dos materiais;
- g) Cumprir as demais obrigações exigidas no CONTRATO e no Edital;
- **h)** A contratada é obrigado a corrigir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução;
- i) A contratada é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

CLÁUSULA VII - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 7.1São obrigações da contratante, além de outras decorrentes do Contrato:
- a) Emitir nota de empenho a crédito do fornecedor no valor correspondente à quantidade solicitada observada a estimativa constante no Termo de Referência;
- b) Cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com a CONTRATADA no prazo estipulado;
- c) Proporcionar todas as facilidades, inclusive esclarecimentos atinentes ao objeto do contrato, para que a empresa possa cumprir as obrigações dentro das normas e condições da aquisição;
- **d**) Indicar servidor com competência necessária para proceder ao recebimento dos materiais e atestar as notas fiscais após a verificação das especificações, qualidade, quantidade, e preços pactuados;
- e) Promover, através de seu representante, o acompanhamento e a fiscalização do objeto contratado, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, prazos de vigência e entregas, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à CONTRATADA por escrito as advertências e as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte desta;
- f) Cumprir e fazer cumprir o disposto as cláusulas deste contrato.

CLÁUSULA VIII - DAS ALTERAÇÕES

8.1. As alterações, porventura, necessárias ao fiel cumprimento do objeto deste contrato, serão efetivadas na forma e condições do Art. 65 da Lei N.º 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA IX - DAS PENALIDADES

- **9.1.** O cometimento de irregularidades no processo licitatório ou na execução do contrato administrativo sujeitará o particular à aplicação de sanções administrativas, nos termos das Leis Federais nº 8.666/1993 e 10.520/2002.
- **9.2.** As irregularidades praticadas na execução do contrato administrativo sujeitarão o CONTRATADO às seguintes sanções:



- I Multa, observados os seguintes limites máximos:
- a) Pelo atraso no fornecimento e/ou na prestação dos serviços, em relação ao prazo estipulado: 0,25% a 1% do valor global contratado, ou do valor contratual remanescente ainda não cumprido, por dia decorrido, até o limite de 10% do valor de referência:
- b) Pela recusa no fornecimento e/ou em prestar o serviço, caracterizada em 10 (dez) dias após o vencimento do prazo estipulado: 1% a 10% do valor global contratado, ou do valor contratual remanescente ainda não cumprido;
- c) Pela demora em refazer o fornecimento e/ou o serviço rejeitado ou corrigir falhas do serviço, a contar do segundo dia da data da notificação da rejeição: 0,25% a 1% (um por cento) do valor global contratado, ou do valor contratual remanescente ainda não cumprido, por dia decorrido;
- d) Pela recusa da CONTRATADA em corrigir as falhas no fornecimento e/ou na prestação do serviço, entendendose como recusa prestação do serviço não efetivado nos cinco dias que se seguirem à data da rejeição: 2,5% a 10% (dez por cento) do valor global contratado, ou do valor contratual remanescente ainda não cumprido;
- e) Pelo não cumprimento de qualquer condição fixada no termo contratual ou nas Leis Federais
- 8.666/93, 10.520/2002 e 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) ou no instrumento convocatório e não abrangida nos incisos anteriores: 0,25% a 1% (um por cento) do valor contratual, ou do valor global ainda não cumprido, para cada evento.
- II impedimento de licitar e contratar com o Município, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, do CONTRATADO que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.
- 9.3. A pena pecuniária de multa destina-se às hipóteses de:
- a) Atraso injustificado na execução do contrato;
- b) Inexecução total ou parcial do contrato;
- **9.4.** O atraso, para efeito do cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do contrato, e a multa será aplicada quando o atraso for superior a 05 (cinco) dias:
- **9.5.** A sanção de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais penalidades;
- **9.6.** Objetivando evitar danos ao Erário, a administração poderá adotar medida cautelar para suspender o pagamento à CONTRATADA na proporção do valor de eventual multa a ser aplicada até o término do processo administrativo.
- **9.7.** As sanções serão aplicadas de forma gradativa, obedecidos aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, após regular processo administrativo com garantia de defesa prévia e de interposição de recurso.
- **9.8.** Na estipulação das sanções deverão ser considerados o grau de comprometimento do interesse público e o prejuízo pecuniário decorrente das irregularidades constatadas.

CLÁUSULA X - DA RESCISÃO

- **10.1.** A inexecução total ou parcial deste contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei Federal nº 8.666/93.
- 10.1.1. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
- 10.1.2. A rescisão deste contrato poderá ser:
- I Determinada por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei mencionada, notificando-se a CONTRATADA com a antecedência mínima de 10 (dez) dias; ou
- II Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência para a CONTRATANTE; ou
- III Judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.
- **10.2.** A rescisão administrativa ou amigável será precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.



CLÁUSULA XI – PUBLICIDADE DOS ATOS

11.1. Conforme dispõe o artigo 61, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.666/93, os extratos do presente contrato e de eventuais aditivos serão publicados no Diário Oficial do Estado de Pernambuco, no prazo de até 20 (vinte) dias corridos a contar do 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura.

Parágrafo único. Nos termos do artigo 63 da Lei Federal nº 8.666/93, e de acordo com o Princípio Constitucional da Publicidade, é permitido a qualquer interessado o conhecimento dos termos do contrato e do respectivo processo licitatório.

CLÁUSULA XII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- **12.1.** O Edital do Pregão Eletrônico __/2022 e seus anexos fazem parte integrante e inseparável do presente instrumento contratual.
- **12.2.** As partes, ora contratadas, elegem o Fórum da Comarca de Arcoverde PE, excluindo-se qualquer outro por mais privilegiado ou especial que seja, para dirimir qualquer dúvida ou ações, porventura, oriundas do presente contrato.

E, por estarem assim contratados, assinam o presente instrumento em três vias de igual teor, na presença de duas testemunhas que a tudo assistiram e também assinam.

	Arcoverde, de de 2022
	CONTRATADA
	(NOME/RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA) (NOME DO REPRESENTANTE LEGAL) (N° CPF DO REPRESENTANTE LEGAL) CONTRATADO
Testemunhas: 1 CPF 2 CPF	



ANEXO IV

(Para a situação prevista no subitem 1.2.3 do Edital)

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE ($ME\ ou\ EPP$)

A PREFEI	TURA MUNICIPAL DE ARCOVERDE
Ref.: PR	REGÃO ELETRÔNICO Nº /2022
Endereç	esa inscrita no CNPJ/MF sob o n°, domiciliada no o, DECLARA, sob as penas da lei, para os fins do disposto ° da Lei Complementar n° 123 de 14.12.2006, que:
a)	Se enquadra como MICROEMPRESA – ME ou EMPRESA DE PEQUENO PORTE – EPP ;
<i>b</i>)	A receita bruta anual da empresa não ultrapassa o disposto nos incisos I (ME) ou II (EPP) do <i>art. 3º</i> da <i>Lei Complementar nº123</i> de <i>14.12.2006</i> ;
c)	Não tem nenhum dos impedimentos do § 4º do art. 3º, da mesma Lei Complementar, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.
	Local e Data
	Assinatura e carimbo (representante legal da empresa)



ANEXO V

(Para a situação prevista no subitem 1.2.4 do Edital)

"MODELO" DECLARAÇÃO CONJUNTA

À PREFEITURA MUNICIPAL DE AF	RCOVERDE				
Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº/2022					
A empresa sediada na		, inscrita no CNPJ/MI	F sob o nº		
, Telefone			, por		
intermédio de seu representante leg DECLARA expressamente, sob as por a) Não possui em seu quadro trabalho noturno, perigoso ou na condição de aprendiz, nos de 1998 (Lei n°.9.854/99).	de pessoal empregado(s insalubre e de 16 (dezes s termos do inciso XXX	e: s) com menos de 18 (dezoi sseis) anos em qualquer tra KIII do art. 7º da Constitui	ito) anos em balho, salvo ição Federal		
b) detém conhecimento de to que a sua proposta atende inte	egralmente aos requisito	os constantes do edital sup	ora;		
c) cumpre plenamente os requ	uisitos de habilitação ex	igidos no edital do certam	e licitatório;		
 d) que a localização da licitar documentação apresentada pa 		o endereço de domicílio o	constante na		
e) declara, ainda, sob as penas impeditivos para a habilita obrigatoriedade declarar ocor 32, §2°, da Lei n° 8.666/93.	ação no presente prod	cesso licitatório, estando	ciente da		



Local e Data

Assinatura e carimbo (representante legal da empresa)

ANEXO VI

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇO PMA Nº ____/2022 PROCESSO LICITATÓRIO Nº ____/2022 PREGÃO ELETRÔNICO DO TIPO MENOR PREÇO, POR ITEM Nº ___/2022

Aos dias do mês de do ano de dois mil e vinte e um o MUNICÍPIO DE ARCOVERDE
PE, inscrito no CNPJ sob o nº, neste ato, representado pelo Gestor, nacionalidade, residente
e domiciliada na, Bairro, PE, inscrita no CPF/MF sob o nº,
e portadora do RG nº, doravante denominado ÓRGÃO GERENCIADOR, em face da
classificação das propostas de preços no PREGÃO ELETRONICO PARA REGISTRO DE PREÇOS
Nº/2021, tendo como fundamento a Ata de julgamento e classificação das propostas de preços,
RESOLVE registrar os preços para Contratação de empresa para fornecimento de Lanches e Refeições,
para atender as necessidades do Fundo Municipal de Educação, por um período de 12 (Doze) meses,
constante no referido Edital, que passa a fazer parte desta Ata de Registro de Preços, e de outro lado a
empresa com sede, inscrita no CNPJ/MF sob o nº,
representada pelo, CPF n° e R.G. n°, residente e domiciliado
em, no uso das atribuições que lhe confere a procuração em anexo, classificada com o(s)
item(ns) e preço conforme item desta ata. A presente Ata de Registro de Preços tem validade de 12
(doze) meses, contados a partir da sua assinatura e será utilizada pela Secretaria de Educação, como
órgão Gerenciador, com a(s) empresa(s) que tiver(em) preço registrado(s), na forma prevista no Edital de
Pregão Eletrônico. Tendo sido cumpridas todas as formalidades legais e nada mais havendo a constar,
deu-se por encerrado os trabalhos lavrando-se esta Ata que vai assinada pelo Sr Secretário de Educação
do Município de ARCOVERDE, bem como pelo(s) representante(s) da(s) empresa(s) com preços
registrados, devendo a mesma ser publicada no D.O.E. para que opere seus jurídicos e legais efeitos. A
administração não se obriga a adquirir o produto registrado, somente fazendo-o conforme necessidades
apresentadas. O Edital e seus Anexos, bem como a proposta da licitante vencedora e planilha de preços
farão parte da presente Ata de Registro de Preços, independentemente de transcrição. Poderá utilizar-se
da Ata de Registro de Preços. Órgãos ou entidades da Administração que não tenham participado do
certame licitatório, em atendimento aos ditames do art.22 do Decreto Federal nº 1.892 de 23/01/2013 e da
Lei N.º 8.666/93 e alterações, demais normas legais e administrativas.

1. DO OBJETO

- O objeto da presente ATA REGISTRO DE PREÇOS consiste na Contratação de empresa para



fornecimento de Lanches e Refeições, para atender as necessidades do Fundo Municipal de Educação, por um período de 12 (Doze) meses, conforme a descrição, marcas e preços constantes da relação em Anexo a este instrumento, bem como edital e anexos e a proposta comercial e planilha de preços.

1.1 - A existência de preços registrados não impede a Administração de realizar compras/serviços, sempre que julgar conveniente e oportuno, por meio de processo licitatório específico, ou diretamente, respeitando o disposto em lei e assegurado o direito de preferência ao beneficiário do registro em igualdade de condições.

2. DO PRAZO, DO LOCAL PARA ENTREGA E DO FORNECIMENTO

- 2.1. Os produtos decorrentes da presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, serão formalizados mediante a emissão e entrega ao FORNECEDOR da Ordem de Fornecimento, através da Nota de Empenho de despesa, e/ou Contrato.
- 2.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado através da Ordem de Fornecimento, a qual conterá: data, valor unitário do produto, quantidade pretendida, local para entrega, carimbo e assinatura do responsável.
- 2.3. O prazo de entrega do produto licitado será conforme solicitação nos termos do art.62 da Lei 8.666/93.
- 2.4. A entrega deverá ser realizada diariamente em dias uteis a partir da comunicação via fax com cópia da respectiva Ordem de Fornecimento, sem prejuízo do disposto constante no Termo de Referência (LOCAL DE ENTREGA/CONDIÇÕES DE PRAZO), devidamente acompanhada da nota fiscal/fatura correspondente.
- 2.5.O local de entrega dos produtos deverá ser de acordo com o cronograma determinado pela coordenação da merenda escolar da Secretaria Municipal de Educação localizada á Av Capitão Arlindo Pacheco de Albuquerque nº 72 Centro, cujos contatos podem ser feitos pelo telefone (87) 3821 9014/3821 1707, ou pelo endereço Email: pmaseacompras21@gmail.com, devendo a entrega ser realizada entre o horário de 08:00 às 13:00h, de segunda à sexta-feira.
- 2.6. Os produtos deverão estar acondicionados de forma compatível à sua integridade e conservação, em embalagens originais de produção e transportados adequadamente;
- 2.7.A Contratante observando qualquer irregularidade no fornecimento, deverá comunicar à contratada, para substituir, sem ônus para a contratante, imediatamente, o item defeituoso por um outro com as mesmas características do substituído.

3. **DO PAGAMENTO**

3.1 - O pagamento deverá ser efetuado em até 30 (Trinta) dias uteis, caso o valor da contratação seja igual ou inferior a R\$ 8.000,00 (oito mil reais|), e acima deste valor em até 30 (trinta) dias consecutivos, contados a parti da apresentação da fatura/nota fiscal, atestada pelo Fiscal do Contrato, designado pelo Secretário de Educação Municipal de Arcoverde, e comprovação da manutenção das exigências da habilitação, tudo processado legalmente.



3.2 - Caso as Notas Fiscais apresentadas não correspondam aos fornecimentos executados, estas serão devolvidas para as devidas correções.

4. DO RECEBIMENTO

- 4.1 Os produtos objeto desta ATA serão entregues diariamente, a contar da data da expedição das Ordens de Fornecimento emitidas pelo Setor de Compras do Setor de Compras da Secretaria de Educação, que serão enviadas por meio eletrônico ou Fax;
- 4.2 O local de entrega dos produtos deverá ser de acordo com o cronograma determinado pela coordenação da Secretaria Municipal de Educação, localizada na Av. Capitão Arlindo Pacheco de Albuquerque, número 77, Centro, Arcoverde/PE, cujos contatos podem ser feitos pelos telefones: (87) 3821-9014 ou 3821-1707, ou pelo endereço eletrônico pmaseacompras21@gmail.com.
- 4.3 Os produtos deverão estar acondicionados de forma compatível à sua integridade e conservação, em embalagens originais de produção e transportados adequadamente;
- 4.4 **RECEBIMENTO PROVISÓRIO** O recebimento provisório dos materiais no Setor de Compras que será feito mediante confronto das cópias das Ordens de Fornecimento com as Notas Fiscais, tendo em vista que, normalmente, não é possível a conferência das especificações no momento do descarrego;
- 4.5. **RECEBIMENTO DEFINITIVO** O recebimento definitivo dos materiais Setor de Compras será feito em até 05 (cinco) dias da data do recebimento provisório, mediante conferência dos quantitativos e das especificações pelo fiscal do contrato indicado no item 6.4 do Anexo I do edital.
- 4.6. **ORECEBIMENTO DEFINITIVO** e a conferência indicada no item anterior são de responsabilidade do fiscal do contrato indicado no item 6.4 no anexo I do edital, a quem também compete a Atesto nas Notas Fiscais.
- 4.7. Os produtos que não estiverem de acordo com o que é determinado no Termo de referencia 4.5 acima, serão imediatamente informados ao fornecedor, que deverá substituí-lo sem ônus para o Contratante.

5. DA VIGENCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1.O prazo de validade da Ata de Registro de preços será de **12 (doze) meses**, improrrogáveis, a partir de sua assinatura e publicação.

6.DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR REGISTRADO

- 6.1 Realizar os fornecimentos em conformidade com a Ata/Contrato;
- 6.2. Responder pelos danos e/ou prejuízos causados a Prefeitura Municipal de Arcoverde ou a terceiros, por ocorrência de problemas em virtude da execução da Ata/ Contrato, salvo na ocorrência de caso fortuito, ou força maior, apurados na forma da legislação vigente;



- 6.3. Fornecer os materiais sempre dentro do prazo de validade considerando data da entrega;
- 6.4 Acatar e facilitar a ação da fiscalização do Município, cumprindo as exigências da mesma;
- 6.5 Responsabilizar-se pelo transporte dos produtos, de seu estabelecimento até o local determinado pelo Município, bem como pelo seu descarregamento;
- 6.6 Responsabilizar-se pelos encargos decorrentes do cumprimento das obrigações contratuais, bem como pelo recolhimento de todos os impostos, taxas, tarifas, contribuições ou emolumentos federais, estaduais e municipais, que incidam ou venham incidir sobre o objeto desta Ata, bem como apresentar os respectivos comprovantes, quando solicitados pelas Secretarias;
- 6.7 Substituir imediatamente os produtos, quando exigidos pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária;
- 6.8 Comunicar à Secretaria, a qualquer tempo, toda anormalidade que possa prejudicar a execução da Ata/Contrato, a fim de que a Contratante possa efetuar a devida correção;
- 6.9 Não transferir a outrem, o objeto da presente Ata;
- 6.10 Emitir uma Nota Fiscal de venda para cada Ordem de Fornecimento enviada, onde conste, no mínimo, a marca do produto, n°(s) lote(s), validade, quantidade fornecida, valor unitário e valor total. As informações deverão estar dispostas lado a lado, produto a produto, de modo a viabilizar a conferência.
- 6.11- Prazo de validade mínima da proposta de 60 (Sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

7, DAS RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

- 7.1 Acompanhar a execução do objeto desta Ata e efetivar a satisfação do crédito da contratada nos termos dispostos neste instrumento e respectivo Edital;
- 7.2 Prestar quaisquer esclarecimentos que venham a ser formalmente solicitados pela contratada e que sejam pertinentes ao objeto da presente Ata;
- 7.3 Notificar por escrito a Contratada, por qualquer irregularidade relacionada a Ata/contrato;
- 7.4 Fiscalizar o desempenho do objeto contratado através da servidora ocupante do cargo de Coordenação da Central de Abastecimento Farmacêutico;
- 7.5 Gerir o Contrato através do funcionário designado pelo Secretário de Educação

8. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1 O FORNECEDOR que convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar a Nota de



Empenho e/ou Contrato, bem como a Ata de Registro de Preços, deixar de entregar documentação exigida no edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal garantido o direito à ampla defesa, ficará impedido de licitar e de contratar com o Município de ARCOVERDE, e será descredenciado pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital, no contrato ou instrumento equivalente e das demais cominações legais.

- 8.1.1 A comprovação de quaisquer atos citados acima poderá implicar na anulação do compromisso consignado na Ata de Registro de Preços, em consonância com os art.78 e 79 da Lei 8666/93.
- 8.2. Pelo atraso injustificado na entrega do bem registrado será aplicada multa moratória de 1% (um por cento) ao dia, por dia útil que exceder o prazo disposto no item 2 desta Ata, sobre o valor total registrado na Ata de Registro de Preços e seus eventuais aditivos, respeitados os limites da lei civil, limitada a 30 (trinta) dias, a partir do qual será considerada inexecução contratual total, conforme disposto no art.87 da Lei 8666/93
- 8.2.1 A multa estabelecida no subitem anterior não impede que o Órgão Gerenciador rescinda unilateralmente o compromisso consignado na Ata de Registro de Preços e aplique as outras sanções previstas na Lei 8666/93;
- 8.3. Em caso de inexecução total ou parcial do compromisso consignado em Ata de Registro de Preços, o Órgão Gerenciador, poderá garantida a prévia defesa, aplicar à contratada as seguintes sanções:
- a) Advertência;
- b) multa, nos seguintes termos:
- b.1) pelo atraso no fornecimento, em relação ao prazo estipulado: 1% (um por cento) do valor global, por dia decorrido, até o limite de 10% do valor dos bens não entregues ou serviço não executado;
- b.2) pela recusa em realizar o fornecimento, caracterizada em dez dias após o vencimento do prazo estipulado: 10% (dez por cento) do valor do fornecimento;
- b.3) pela demora em substituir o bem rejeitado ou corrigir falhas do fornecimento, a contar do segundo dia da data da notificação da rejeição, 2% (dois por cento) do valor do bem, por dia decorrido, **até o limite de 10% do valor do fornecimento não substituídos/corrigidos;**
- b.4) pela recusa da CONTRATADA em corrigir as falhas do fornecimento, entendendo-se como recusa o fornecimento não efetivado nos cinco dias que se seguirem à data da rejeição: 10% (dez por cento) do valor do fornecimento rejeitado;
- b.5) pelo não cumprimento de qualquer condição fixada na Lei 8.666/93, com alterações, ou no instrumento convocatório e não abrangida nos incisos anteriores: **1%** (**um por cento**) do valor contratado, para cada evento.
- c) Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o Município de ARCOVERDE, por prazo não superior a 05 (cinco) anos.
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a CONTRATANTE, pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior;
- 8.4 Pelos motivos que se seguem, principalmente, a CONTRATADA estará sujeita às penalidades tratadas nas letras C e D do subitem 8.3:



- I pelo descumprimento do prazo do fornecimento;
- II pela recusa em atender alguma solicitação para correção do fornecimento, caracterizada se o atendimento à solicitação não ocorrer no prazo de 10 (dez) dias, contado da data da rejeição, devidamente notificada; e
- III pela não execução do fornecimento de acordo com as especificações e prazos estipulados neste Edital:
- 8.5 Além das penalidades citadas, a CONTRATADA ficará sujeita, ainda, no que couber, às demais penalidades referidas no Capítulo IV da Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações, inclusive durante todo o prazo de validade do fornecimento;
- 8.6 As multas estabelecidas podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente, ficando o seu total limitado a 10% (dez por cento) do valor contratado, sem prejuízo de perdas e danos cabíveis;
- 8.7 Poder-se-á descontar dos pagamentos porventura devidos à CONTRATADA as importâncias alusivas a multas, ou efetuar sua cobrança mediante inscrição em dívida ativa do Município, ou por qualquer outra forma prevista em lei.
- 8.8. A imposição das penalidades é de competência exclusiva do município de ARCOVERDE, ressalvada a hipótese prevista na alínea 'd' do caput, de competência do Executivo Municipal.
- 8.9. A sanção estabelecida no subitem 22.1, item III do edital é de competência exclusiva do ExmaSr^a Prefeita do Município, devendo o Órgão Superior da entidade ou Órgão Gerenciador, prolatar da decisão inicial, remeter-lhe o respectivo processo no prazo de 10 (dez) dias, para a obtenção de sua ratificação, garantida à defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após (05) cinco anos de sua aplicação.
- 8.10. O prazo de suspensão ou da declaração de inidoneidade será fixado de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida.
- 8.11. Será remetida à Secretaria de Administração do município, cópia do ato que aplicar qualquer penalidade ou da decisão final do recurso interposto pelo Fornecedor registrado, a fim de que seja averbada a penalização no Registro Cadastral.

9. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO

- 9.1.O registro do fornecedor será cancelado quando:
- I descumprir as condições da ata de registro de preços;
- II não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- III não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
- IV sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do 87 da Lei nº 8.666/93, ou no art. 7º da Lei nº



10.520/02.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos incisos I,II e IV do caput será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

10.CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

10.1 O FORNECEDOR REGISTRADO se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

11. DO FUNDAMENTO LEGAL

11.1. A presente Ata de Registro de Preços tem como fundamento legal a Lei 10.520 de 17/07/2002, aplicando-se subsidiariamente a Lei 8.666 de 21/06/1993 e respectivas alterações, Lei complementar nº123 de 14/12/2006 e atualizações, Decretos de Regulamento do Pregão Presencial de nº 17 de 16 de março de 2007 e Decreto Federal nº 7.892 de 23 de janeiro de 2013 e atualizações e demais legislações pertinentes.

12. DOS CASOS OMISSOS

12.1 Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste instrumento serão decididos pela Administração, aplicando-se as demais disposições constantes nos demais diplomas legais pertinentes que fazem parte do edital, independente de transcrições.

13. DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro do Município de ARCOVERDE como único competente para dirimir as questões derivadas desta Ata de Registro de Preços, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que este seja.

E, por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, assinam a presente Ata de Registro

de Preços em (02) duas vias de igual teor e forma, pelas partes supramencionadas, rubricadas as páginas precedentes, que deverá ser publicada em órgão oficial para que surta seus efeitos jurídicos, obrigando-se por si e seus sucessores.

A	Arcoverde	de		de 2022
		ÓRGÃO GER	ENCIADOR	



FORNECEDOR REGISTRADO